

FOLHA POLITICA E LITERARIA

— SUBSCREVE-SE A 28500 RS. POR TRI-
MESTRE (13 NUMEROS) E VENDE-SE CADA
FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

SABADO 14 DE AGOSTO

MANHÃO TYPOGRAPHIA DA TEMPERAT-
CA, IMPRESSO POR M. M. P. P. P. P.
R. 100, RUA FERNANDEZ S. N. 2.

EXTERIOR.

Corresp. do Jornal do Commercio
Paris, 18 de maio.

—1— partiu a rainha Christina no dia 13 para Nápoles, onde nunca tinha posto os pés desde que fora Hespanhola. O motivo desta viagem, resolvida de repente e em circunstâncias tanto pessoas como políticas, que deverão embarrar-lá, é atribuído a certa frieza nas relações da ex-regente com as Tuillerias. Resolvida a cercar o individuo que escolhera para marido de todo o esplendor possível, pedira Christina a Luiz Philippe o título de príncipe de Malmaison para Munhoz. Respondeu o monarca que as recordações que andavão ligadas aquella residência erão de tal natureza que todos tomarão a concessão de semelhante título por uma verdadeira profanação. Mudou a suplicante de pretensão, e pediu que em lugar do título de príncipe da Malmaison, se lhe concedesse o de príncipe de S. Philippe, contra o qual não militavão as mesmas objecções; porém a resposta foi igualmente negativa, como da primeira vez. Dous reveros sucessivos, e em causa que lhe parecia de tão pouca importância, irritarão terrivelmente a ex-regente. Quixou-se amargamente da ingratidão de todos os seus parentes da França, resolvem a viagem de Nápoles, e ate acompanhau esta viagem da nunciada de ir estabelecer-se em Itália com a sua família e de privar a França dos grandes capitais que trouxe ao país, e que nello se achão empregados. Is suomamente provável que todos estes arrufo não durem muito; e a prova do que assim é de aconterecer é que, apesar de tantas razões de queixa e tantas más, já o oferecimento de um vapor do Estado para fazer a viagem foi aceitado, o que de certo não teria lugar se o príncipe logo com que a indisposição comoncô não estivesse já em perfeição de remissão.

Parece que Lurç-Palpito adquiriu
emfim a convicção da impossibilidade de
conquistar ao seu partido a antiga nobreza
francesa, que fazia o espírito e o or-
namento da antiga corte; pelo menos a
o que parece resultar da actividade com
que se occupa em crear uma nova classe
de pobreza que possa substituir a pre-
star à monarquia de julho o auxílio e o
apoio que a nobreza legitimista prestava
ao trono de Luiz X^{III} e Carlos X.
Rara é hoje a semana em que se não
seca falar de algum novo duque, mar-
quês ou conde, que fomprece em do repente
sem se saber donde saíram nem con-
tiverão, pouco mais ou menos como aque-
les

les tortubos que n'uma só noite apparecem completamente organizados onde no dia antecedente não existiu o mais pequeno vestigio de semelhante formação. As caricaturas e os epigrammas por este motivo são infinitos, sem que por isso o frenesí notáculo deixe de progredir com a mesma actividade.

à mesma actividade. Câ temos outra vez em Marselha o infante de Hespanha D. Henrique, já de volta de Roma, e já casado. Sábio como o título de visconde d'Abela, entrou com o de duque de Calix. Bizarro que o governo hespanhol, composto "actualmente de quasi amigos seus, o trata com mais brandura, e em breve lhe permitirá regressar a Hespanha.

—19 de maio.

Um pouco melhorou a physionomia politica da Europa com a estação, que até agora tem estado verdadeiramente insuportável; porém, do mesmo modo que acontece com o tempo, ainda apparecem pelo horizonte certas nuvens de céruspeia, que inspirão grandes recios.

Na Prussia e na Itália vao indo as
cousas sofrivelmente. Nos Estados Pon-
tificios não só a tranquilidade está inte-
rramente restabelecida, mas ate já se acha
em principio de execução aquele projecto
de restabelecimento das relações diploma-
ticas entre o governo de Inglaterra e a
Santa Sé, em consequencia da chegada
de sir William Temple, encarregado de
assentar as bases deste negocio com o
santo padre; na Prussia todos os receios
de collisão seria entre a dieta e o sobe-
rano se dissiparo. Aquellas palavras di-
rigidas por Frederico Guilherme aos Es-
tados, em que lhes diz que no direito de
petição outorgado pela patente de 3 de
fevereiro, está indicado o meio legal de
ir introduzindo as diferentes reformas de
que a experiençia for demonstrando a ne-
cessidade, fizerao grande impressão na
maior parte dos membros da assemblea
que encarbaria por convencer-se de que o
único partido racional que lhes convinha

único perito falso, que, para seguir consistia em esperar da prudência e lealdade do monarca melhoramento que, arrancados com violencia, nem produziria os mesmos bens, nem poderiam ser obtidos sem perigo de uma terrível revolução. Isto não obstante, ainda houve entre os 616 deputados de que a assembleia se compõe, uns 141 membros que no dia 2 do corrente assinarião e apresentarião uma petição em que recordariam promessas das leis de 1815, 1820 e 1823, e notaria a diferença que existe entre as ditas promessas e a realto de 2 de fevereiro; porém os termos em que se exprimem são de tal maneira moderados e respeitosos, que o marechal deputado não teve dúvida de aceitar a pa-

trio e de prometter que seria dissentida, segundo é necessário, para se saber se deve ser ou não a presença do soberano ou se deve ser rejeitada.

A crise financeira de Inglaterra, que tinha tomado uma maior altura que a de França, perdeu de repente grande parte da sua gravidade, em consequencia de um novo acto de magnificencia do imperador da Russia, que mandou para de cinco milhões de libras esterlinas para serem empregados nos fundos ingleses e holandeses, depois de deduzida a somma necessaria para o pagamento dos que ultimamente foram comprados em França. Foi um dos acontecimentos mais curiosos da epoca. Antes da causa realizada, ninguem jucaria possivel que fosse um governo ainda barbaro como aqui lhe chamaõ, e sepultado ainda nas trevas do obscurantismo, quem houvesse de valer em um momento de crise nos dous mais ilustrados governos do universo: porém agora que o facto estã consumado, não ha remedio senão curar a cabeça a evidencia, e reconhecer que aquelles paizes em que o rei e rei suo com effeto muito mais bem administrados e dirigidos do que aquelles em que o rei e roque. Nestes ultimos, como a França, paga o povo mil e setecentos milhões para o seu governo bárato, e ao mais pequeno amezço de crise morre de fome: nos primeiros, como a Russia, sao os tributos insignificantes, e no fim de certo numero de annos apparece, depois de todas as despezas feitas, um saldo de 400 milhões de frances, que a tanto montão actualmente as sommas metallicas, que existem intactas e sem desconto nos cofres de Petersburgo. E' que, ainda mesmo no absolutismo puro, que é o pior de todos os absolutismos, o rei o protector natural, e o fiscal dos interesses do povo, e que o systema chamado constitucional não é, em ultima analise, senão a confusão dos povos em favor de uma classe privilegiada (electores e deputados), com a qual a nacão é uma palava sem sentido.

O gabinete britânico não apresenta neste momento muito mais consistência que o de França. O bill da Irlânia, cujas disposições explicam com a extensão necessária em outra correspondência, acaba de ser apresentado e recomendado na câmara dos Lordes, e está em perigo evidente de naufragar; e sendo assim, não resta outro recurso senão ou a dissolução do parlamento, ou a retirada do gabinete. É o primeiro dos dois remédios que lord Russell está disposto a recorrer, e sem mais demora que dentro de quatro até seis semanas ao mais tardar.

De todas as dificuldades actualmente pendentes, a mais terrível é sem dúvida alguma, a da crise financeira. O govt.

enviado pelo imperador da Russia, ali-
viou sem dúvida, ate certo ponto, a situa-
ção da marça; porém a esse tempo já as
coisas tinham tomado tão grande altura,
que ainda depois desse melioramento, o
corte as circunstâncias conservando tal
gravidade como há mais de 30 annos se-
não viu em Inglaterra. Os efeitos, que
já estavam pôr hora da morte, subiram
ultimamente a preços fabulosos; o preço
do cigarro, alimento indispensável da in-
dustria inglesa, é sempre elevadíssimo; a
dificuldade de achar dinheiro para as ne-
cessidades ordinárias do commercio quasi
que custa a crer n'um paiz onde se pe-
sava o ouro por toneladas. De desconto
de letras abaixo de 8 por cento não ha
um único exemplo, ainda quando as fir-
mas sao de primeira ordem e os prazos
curtos; mas isto mesmo é fortuna rara-
sima, e de que quasi ninguem se gabava.
O preço ordinário, sendo as firmas irre-
cusáveis e os prazos de menos de 90 dias
ou de 99 dias *ad summum*, é de 12 a
13 por cento; porém ha muitos negocia-
ntes de primeira ordem que, para ob-
terem o dinheiro de que precisam, o tem
pago a 25 e ate a 30 por cento!

O paquete da india trouxe confirma-
da a noticia da morte de Akbar Khan,
filho de Dost-Mahammed, sultão de Ca-
bul. Era de todos os inimigos da Ingla-
terra nestes paizes o mais terrível. Fez
ele quem bateu, destruiu e aniquilou o
brilhante exército com que lord Elphinstone
tinha feito a conquista do Afgha-
nistán; e pouco antes da sua morte, ju-
nha concluído dizer que a sombra da
Russia, uma liga com o sultão d'Herat
e o xá da Persia, que se preparava para re-
começar as hostilidades contra os Ingleses.

Morreu no dia 30 de abril, com 76
anos de idade, o arquiduque Carlos, fi-
lho do imperador d'Austria, e pai da rainha de
Napoles. Era uma das glórias, ou antes
a maior de todas as glórias militares austriacas.
Napoleão, que nesta matéria po-
dia decidir com pleno conhecimento de
causa, costumava dizer que de todos os
inimigos era o que merecia maior estima.
Deixou por herdeiro da sua glória e do seu
nome o arquiduque Estêvão, seu filho, que
serve na marinha austriaca com tanta dis-
tincção como o príncipe de Joinville na
franceza, e que seu pai fez promover à
dignidade de Grão-mestre da Malta, na
esperança de que esta ordem tornaria a
recuperar a soberania, privilégios e esplen-
dor de que gozou em outro tempo.

Encalhou, não sei se pela quarta, se
pela quinta vez, na sua ventada da Sr. =
Penelope, o projecto de reconciliação, já
quasi realizado entre rei de Napoles e seu
irmão o príncipe de Capua. A digna ir-
landesa entendeu que ficaria menos da sua
pessoal se acentasse o simples título de da-
queza, que a generosidade do soberano lhe
concedia, e exigiu as mesmas honras, pre-
rogativas e tratamento de verdadeira prin-
ceza, que diz que é. Como o rei de Na-
poles não quis anular a semelhante pre-
tensão, imediatamente se romperam as ne-
gotiações, e não ha a mais pequena proba-
bilidade de que tão cedo se restabeleçam.
Em consequência disto deparou-se o aconte-
cimento, tornou a cair o príncipe de Capua
na mesma miséria em que vivia, e talvez
ainda malta, porque com este ultimo acto da
fraqueza, em tudo indesculpável, alienou se
completamente as simpatias de todos a-
queles que ainda por elle se interessavam.

No dia 5 do corrente tratava um bauriário
de Marselha de executá-lo por uma di-
vida de trinta mil francos, que cahira em
emprestar-lhe no momento em que a re-
conciliação com seu irmão parecia fora
de dúvida.

Escrivem de Turim que Carlos Al-
berto medita uma viagem a Roma: se o
leitor se lembrar do que ha tempos lhe
disse a respeito da política da Sardenha,
quando dei conta da notável obra daconde
Balbo, intitulada *Sprarze d'Italia*, facil-
mente compreenderá que esta viagem não
pode deixar de ter grande significação.

INTERIOR.

MIO DE JANEIRO.

— O Sr. Paula Souza, ministro do im-
perio, interpelado na camara dos De-
putados, a 22 de Julho, sobre a política
do ministerio, explicou-se pela seguinte
maneira:

“..... Eu sempre entendi que o dever
de todo o homem politico no Brasil era con-
sorciar a liberdade com a autoridade por
meio da monarquia representativa, e fa-
zer com que este consorcio fosse uma reali-
dade e não em nome. Tambem sempre
julguei indispensável economizar quanto
fosse possível os dinheiros publicos, sem
prejuizo dos diversos serviços a cargo da
administração; fazer justica a todos, de
maneira que podessemos conseguir que o
paiz formasse, por meio da igualdade de
direitos e de tratamento, uma só familia.
Eu entendia que na actualidade ha isto
dificilíssimo, por melhores que sejam as in-
tencões de quem quer que governe o nosso
paiz: ha esta a minha opinião enunciada
ha muito tempo, e por muitas vezes. Te-
mos um complexo de leis que obstante a
realização pratica do governo repre-
sentativo.

“ Eu entendo sempre, e entendo que
se deve trabalhar para pôr-se essa legisla-
ção em harmonia com o espírito da consti-
tuição (*apoiaos*). O que ha que forma
o característico distintivo do governo re-
presentativo? He ser um governo em que
influa a opinião e a vontade nacional. E
como ella influa! Por meio das camaras,
na tribuna, e por meio da imprensa. Ora,
se a legislação do paiz for tal que dê azo
a que não possa aparecer a opinião e
vontade nacional na tribuna e na imprensa,
esta clara que se não pode preencher a-
quelle fim, o fim da existência do gover-
no representativo (*numerosos apoiaos*). Entendo, pois, que o que deve fazer todo
o homem de um paiz qualquer, semelhante-
mente organizado, quer sign os principios
políticos que eu adopto, ou os contrários, é
esforçar-se para assegurar à opinião fran-
ca e verdadeira manifestação (*apoiaos*). Di-
go que ha isto o dever de todo o homem
político; porque nesses paizes as princi-
prias capacidades divergem no modo de en-
car o meio de conduzir a nação à felicidade.
Na Inglaterra ha os tories, os
whigs; na França os conservadores; as
diversas variações do partido liberal e os
legitimistas nos Estados Unidos o partido
democrático, e o partido hoje chamado
whig, pois que exanguo-se o federalista.
Assim o Brasil se divide em dois lados
que tem diverso modo de encarar a le-
gislação publica: o que resta ha que haja
menos para que cada um dos lados possa

pleitear sua opinião perante o tribunal com-
petente, e para isso ha mister que a le-
gislação do paiz proporcione estes meios,
não obstante a manifestação do voto nacio-
nal (*apoiaos*).

“ Entendo, por, disse eu, que cum-
pria antes de tudo atender a esta neces-
sidade: que a minha opinião era que de-
via-se primeiro ter em vista aplicar to-
dos os meios para modificar a legislação
actual do paiz, adaptando-a ao espírito da
constituição; e para isto conseguir, cum-
pria que por todos os meios convences-
semos, mesmo nos nossos adversários po-
líticos, de que isto ha de interesse real
não só de um partido como de outros (*apoiaos*); e para elles se convencessem, jul-
guesi necessário que o ministerio jamais
perdesse de vista, como seu primeiro de-
ver, fazer justica a todos sem selecção de
pessoas. O que ha de justica a todos se-
raca; mas, como ha duas opiniões opostas,
isto é, ha dois partidos que tem prin-
cípios que parecem diversos, também enten-
do que para os altos empregos do es-
tado, aquelles cuja accão possa obstar ao
desenvolvimento da política do governo,
deve o governo sem dúvida escolher os
homens que sustentam esta política (*apoiaos*), e que contribuam para a realiza-
ção della (*apoiaos*). Para os empregos
cuja accão não obstar a realização da po-
lítica que o governo tem adoptado, e tem
adotado porque coroa a adopta, e o go-
verno se persuade de que o paiz a adopta
igualmente (*apoiaos*), para estes empregos
digo, cuja accão não obstar a realiza-
ção da política do governo, não deve
reger a mesma regra, assim como na dis-
tribuição das graças que seriam dadas a todos,
qualquer que fosse o lado a que
pertenciam, contanto que tenham condi-
ções para merecer-las. Se acontecer, po-
rém, que haja concorrentes com igual
soma de direitos e de mérito, que pre-
tendam um emprego, parece que não se-
rei censurado pensando que, nessa hypo-
tese, devo preferir aquele que sustenta o
governo (*muitos apoiaos*).

“ A política, pois, do governo, quanto
ao estado interno do paiz, ha de trabalhar
para garantir a liberdade, de modo que
todos os partidos tenham garantia para
pleitearem a sua opinião. Se acaso o
partido que me ha adverso tiver a opinião
nacional por si, tome conta da ad-
ministração do estado na sua independe-
ncia do seu direito cumprir o seu dever,
mas se a opinião que eu sustento, que
eu represento no governo, tiver, como sup-
ponho, a sympathia nacional, parece que
não deve abandonar a sua política, e as
redes do governo, enquanto tiver a con-
fiança da coroa (*muitos apoiaos*). Mas
para que isto se possa decidir ha mister
que haja um meio de criticar a opinião
nacional, de verificá-la, e qual ha elle
no estado da nossa legislatura? (*apoiaos*). No estado da nossa legislatura pô-
de um homem consciente afirmar que
uma eleição ha a expressão livre do voto
nacional? Tenho muitas vezes dito que
não; mas ha a primeira vez. Logo, to-
dos os amigos do paiz, qualquer que seja
sua opinião, parece que deviam cooperar
para adaptar a legislação do paiz aos fins
que ella deve fer, isto é, a apresentar
o voto publico, puro, exacto e genuíno
(*apoiaos*).

“ O complexo de leis, que na minha
opinião deve ser alterado principalmente,

he a reforma judiciaria e a lei eleitoral, sobre tudo se for possível, mudar alguns dos artigos da constituição a este respeito (*apoiaos*), porque he minima antiga con-
vicaçao que sem eleçao directas (*apoiaos*) difficultemente poderá aparecer o voto puro e verdadeiro do paiz (*apoiaos*). Re-
pito—a reforma judiciaria, a lei eleitoral e a lei da guarda nacional, porque, na actualidade, a guarda nacional nem presta ao governo o serviço que devia prestar, e entretanto sacrificia o bem-ser do cidadão, e pode servir de instrumento a um governo que queira abusar, e muito mais nas mãos de autoridades subalternas, sem que o go-
verno, ainda que queira, as possa combater.

“ Entendo que também se devia re-
formar a lei do concelho de estado. Eu
diggo que um concelho de estado politico he
indispensável para o monarca consultar
nos mesmos árduos e graves, mas não en-
tendo que fosse esta preparado conve-
niente entre os para auxiliar o mis-
terio das severas incumbências que tem
a seu cargo. Parece-me que não he mesmo
conveniente que homens velhos que passa-
ram por todos os degraus da sociedade, que
estão cansados, e que muitas vezes não po-
dem saber muito dos objectos especiais
de administração propriamente dita, sejam
obrigados a estarem sempre respondendo
a diferentes quesitos que cada uns dos mi-
nistros he forçado a fazer. Digo mais,
podem muitas vezes não responder, porque
nem todos se deram a estes estudos espe-
cias de administração sobre que o gover-
no he obrigado a consultar.

“ Fallando assim, creio que não ofen-
do a nenhum dos membros do concelho de
estado (*apoiaos*), porque falo por um
que sou membro do concelho de estado, e
me julgo nesta posição. Creio, pois, que
a lei devia ser reformada no sentido de
estabelecer um concelho de administração
que tivesse a obrigação de auxiliar o go-
verno em tudo o que he relativo à ad-
ministração, e para este concelho deviam
chamados homens jovens que se aplicassem
particularmente a alguma especiali-
dade da administração, e d'entre os quais o
governo podesse tirar administradores
de província, diplomatas, e donde saíssem
depois os ministros de estado. He outra
lei que julgo de necessidade que se alte-
re (*apoiaos*).

“ Imaginei, pois, estas opiniões que en-
tinha, e se que, embora entendesse que
não podia fazer o bem do paiz, por não ter
a necessaria capacidade (*não apoiaos*), quando estas opiniões fossem aprovadas,
faria o sacrifício de entar para o go-
verno. Respondeu-se-me que o governo
tinha estas mesmas ideias, que estava por
elas, e descia realisá-las a todos os res-
peitos; e desde então parecera-me ser um
dever o tentar eu este sacrifício, a ver se se
fazia algum bem ao paiz, contando com
o apoio das camaras, e com o apoio na-
cional. Parece-me, portanto, deste modo
ter respondido ao primeiro quesito do hon-
rado membro. Não houveram condições;
eu expus quais eram as minhas opiniões;
respondeu-se-me que eram as mesmas do
governo, e por consequencia entre na ad-
ministração, e persuado-me que ella no uní-
âmio a resposto das questões indicadas.

“ O que vai fazer o governo? Pela
expresão que eu fiz, se ve que o go-
verno ha de trabalhar incansavelmente
para que em todas as províncias não só
no norte como no sul, em todas prece-

mine a justica, combindo-se quaisquer que
sejam os funcionários, seus attentados.

“ Eu me persuado responder satisfac-
toriamente a este quesito dizendo que o
governo tentona, em todas as províncias,
quaisquer que sejam, fazer que a lei se
respeite, que a justica se faça intacta e
indistinctamente; e se em alguma proví-
ncia isto se não der, afirmo que o governo
he de demitir o presidente de província
que for disso causa, e substitui-lo por ou-
tro que dignamente preenhe este lugar.

“ Se o governo pretende deixar o voto
livre? A este respeito digo que não he
possível que um governo que entre na
ideia que eu tenho expendido possa ter
por missão estorvar a libertade do voto
(*apoiaos*). O que importa a um governo
que se subjeita a fazer sacrifício, porque
quer fazer o bem, e que julga que não
o pode fazer sem reforma na legislação,
o que lhe importa que apparecam na elei-
ção homens de opiniões opostas a sua?
Antes ha isso de interesse, porque não
he possivel haver verdadeira discussão sem
debate, sem que haja choque de opiniões.
Se a administração for tal, que consiga
matoria nas camaras, tanto melhor para
o paiz porque escolheu homens que re-
presentam suas opiniões, que devem reali-
zar suas ideias a beneficio do paiz. Não
he possivel, pois, que o governo queira
estorvar a expressão do voto publico.

“ Minha opinião que julgo ser a do
governo, he que todos sejam libertos na
enunciación de seu voto; mas, entre-
tanto, o governo pretende dar os passos
necessários para que todos tenham garan-
tia aos seus direitos, para que nem os
delegados do governo abusem, nem seus
adversários abusem por meio da fraude, ou
violencia (*apoiaos*). A intenção do gover-
no e sustentar a todos o seu direito, dar garan-
tias a todos os direitos, para que appa-
reça a verdadeira representação nacional.

“ Nós estamos no fim da legislatura;
poucos dias de sessão restam, e pelo modo
porque vai a discussão do orçamento, enten-
do que difficilmente se ultimará logo
não he possivel que nesta sessão se possa
fazer nada do que o governo deseja deve-
ser, portanto, na seguinte, e para que
alguma coisa se faça na seguinte sessão,
cumpre que haja a verdadeira expressão
do voto nacional; que venham homens que
representem exactamente a opinião do paiz,
quaisquer que sejam elles. Se forem ad-
versários politicos do governo, que não
queiram estas ideias que o governo quer,
se constituirem maioria, devo supor que
estou enganado no que julgo util ao meu
paiz, e neste caso o que resta? Reti-
rar-me? e o paiz, que os escolheu, se
anaso não he util o que querem, sofrer os
resultados de seu erro. Portanto, e
indispensável que a expressão do voto li-
vre seja real.

“ Eu não me persuado que se possa
afirmar que essa expressão sera tão real
quanto se deve desejar no estado em que
se actua a nossa legislacão, apesar dos
melhoramentos que assegura a actual lei
eleitoral; mas por isso mesmo cumpre ao
governo tomar todas as providencias para
que se assegure esse direito de todos, para
que esta representação que vier tenha as
forças de verdadeira expressão do voto
nacional, o mais approximadamente que
for possivel com as instituições que temos,
e que não somos nós que decretámos (*apoiaos*)..... (D. de Permanente.)

*Opinião do Sr. Senador Visconde de Sa
sobre o partido Saquarema do Sr. Cândido Mendes.*

O Sr. VASCONCELOS:—Parece, ao
menos no meu conceito, que não se po-
dem dirigir ao senado muitos insultos,
e no mesmo tempo faltando mais claras
se não podiam escrever. Ha por ventura
no senado maiorias permanentes? Não são
todas elas caudas? triplo voto em com-
o sr. Alencar, um duplo voto contra, e
o que acontece com estes dois senadores
acontece com todos os outros que tem
assento nesta casa; podem dizer-nos de
que somos nem a nossa consciencia,
obedecemos aos seus dictames. Os que
votaram contra o parecer da comissão
de constituição obedecem a sua consciencia
assim como os que votaram a seu fa-
vor; todos elles dão o voto filo de suas
profundas convicções.

“ Pois manifeste a calunia que
aqui está escrita, e que nember de lei,
e também... Eu não querer usar de
nomes que possam ofender o nobre mi-
nistro do império; mas não sei como o
hei de qualificar, quando elle disse na
câmara dos deputados que a maioria do es-
tado não era composta de verdadeiros mo-
narchistas, quando uns orgãos denominam
esta maioria—caudilhos da facção esqua-
rema.

“ Eu já disse em outra occasião que
não havia partido saquarema, e muito
menos facção; desculpe oascalunadores a
que mostrassem que os saquaremas for-
mão um partido, concerto e emprego
meios, unem-se para um fim ainda justo.
Ora, se nem partido tem elles formado,
como podia ser accusados de constitui-
rem uma facção, e facção dentro do se-
nado? Faccão é sempre criminosa, ou
pelos meios que emprega, ou pelos fins
que procura alcançar. O 2 de fevereiro
exaurio suas forças, seus recursos para
achar culpas, para descobrir crimes ne-
cesses a quem elle denominava saquaremas;
até elle foi necessário ir introduzir a si-
zanga na familia imperial para ver se assim
complicava os que tinham a desgraça de
ser por esse mesmo ministerio prescritos;
mas o que conseguiu? Eu desejaria bem
que se provasse esse processo, que se
principiou no tempo do Sr. Ramiro, para
mais resaltar a injustica com que tem
sido perseguidos aquella que não acre-
ditavão no 2 de fevereiro, nem nos amigos
e parentes dos seus protectores. Não
existe tal facção tal partido; eu torno
a desafiar aos que para justificarem as
perseguições que estavam promovendo, asser-
verão a existencia desse partido. Nem
se recorre dos perseguidos que sofreram re-
síguindas quanta iniquidades se lhes quere-
lazer. Eles sabem perfeitamente que a
sociedade brasileira está tão trastornada,
que os meios de alcançar o poder são
sublevar-se contra a autoridade das leis,
contra o chefe do estado... (Jornal do Commercio de 2 de Julho.)

337

Contradições do Naufragio.

— Observador que se arvorou entre
nós em paladino de partidos imaginarios
como o Saquarema, ou em propagador

de ideias velhas, como as que aqui vo-
garão em 1836, afogou-se em um mar de
contradições querendo responder ao nosso
n.º 401; isto, apesar de haver de propo-
sito omitido em sua resposta factos es-
senciais com que provámos as mo-
dificações porque tiveram passado os nossos
partidos, como as fusões de 1842, 1843
e 1847, operadas entre ordeiros e pro-
gressistas, ou entre calvários e benfeiteiros,
para ocupar-se exclusivamente com as
alianças que tiveram lugar, em 1841 e
1842, entre as administrações ordeiras e
o partido progressista nesta província. Res-
ponder por esta forma é deixar as con-
sas no mesmo pé, e confessar-se vencido.

Os argumentos *ad hominem* são os
únicos empregados pelo Observador que
não sabe, e até parece incapaz de com-
prehender outros, por isso a sua lógica
é sempre miserável. Mas nós, sem fazer
caso das *dentadas caninas* que a cada
passo nos ferra o contemporâneo que com-
bate a liga em nós, e tem lá, de si para
si, que somos o Esau, e elle o Jacob ca-
bano, a quem vendemos o nosso direito
de primogenitura por um prato de lentilhas,
como disse algures, iremos por diante em
nossa propósito de esmucar-lhe os erros
em que costuma a cahir.

Demos-lhe a poço todas as provas
físicas imagináveis das modificações por
que tiveram passado os nossos partidos, e
isto como a um *sceptico* que só com o
palpável se satisfiz, mas elle sem destruir
nenhuma, antes passando por todas como
gato por brasas, quer agora outras me-
taphisicas e moraes, isto é, impalpáveis.
E no mistério de sua resposta consta
princípio com dogma, e dogma com crença.
Outras vezes diz, que os principios são
immodificáveis, porque não sabemos que
enraizadas de bronze se opõe entre idéa
e idéa, quando é certo que não há prin-
cípio absoluto, porque todos são modifi-
cáveis na applicação, como demonstra a
experiência. Assim, no seu entender, as
alianças das administrações ordeiras com
os progressistas ou benfeiteiros desta pro-
víncia nada provam em favor das modifi-
cações, porque a opinião ou interesse de
um ministro não pode destruir o *dogma*
de um partido, &c. As fusões entre par-
tido e partido, essas não lhe merecerão
seria atenção, e por conseguinte deve-
mos piamente acreditar que também na-
da provão em favor das modificações.

Desde 1841 para cá que começou a
vogar a idéa de conciliação ou fusão de
partidos. Esta idéa nasceu da mesma luta
dos extremos que se combatiam, porque
os dois grandes partidos em que se achava
dividido o império, o progressista e o or-
deiro, não faziam mais que justificar cada
um pelos seus os excessos do outro, e de-
sacreditar-se pela exageração dos respecti-
vos principios. O bom senso nacional que
os observava e julgava, entendeu que con-
vinha modificalos e regenerá-los um pelo
outro, porque sem ordem não pode haver li-
berdade, nem ordem sem liberdade. Assim
a conciliação generalizou-se, pouco a
pouco, e passou a ser idéa dominante.
Vem o 3 de Fevereiro, e a invoca como
princípio de governo, mas infelizmente não
a soube compreender. O ministerio que
lhe sucedeu, comprehendeu-a sim, mas
não teve a força necessária para dar-lhe
aplicação. O ministerio actual também
a comprehendeu, como se observa do pro-
gramma apresentado pelo ministro do im-

perio, o Sr. Paula Souza, e oxalá tenha
elle a força que se requer para realizá-la,
porque a sua realização é hoje uma das ne-
cessidades do paiz, tão canguro de lutas
esteriores.

Concedemos que o interesse dos indi-
viduos tivesse parte nas alianças das ad-
ministrações ordeiras com o partido pro-
gressista, mas não se segue daí que taobem
a não tivesse, e grande, a idéa que então
concegava a vogar, porque é certo que
nem os ministros, nem os seus delegados,
se animariaão a fazer tais alianças, se os
partidos já não estivessem modificados, ou
desacreditados e em princípio de decom-
posição, o que vem a dar no mesmo, porque
nenhum resiste ás idéas dominantes
do seu século sem ser esmagado, e os
princípios dos partidos, quando em vigor,
sao idéas dominantes. Explicar estes fac-
tos só pelo capricho ou interesse material
desto ou daquelle individuo, como faz o
Observador, é desconhecer inteiramente a
indole e tendencias das sociedades orga-
nizadas. Assim tanto as alianças das ad-
ministrações ordeiras com o partido pro-
gressista, como as fusões deste com o par-
tido ordeiro, as quais o Observador não
se fez cargo de explicar, porque lheu não
soube dar saluda, provaõ mais que exu-
berantemente as modificações pessas e
doctrinæ, porque tiveram passado os nossos
partidos. E tão vitoriosa e dominante é
hoje no império a idéa de conciliação, que
si os ordeiros, ou saquaremas como lhes
chama o Observador, subissem ao poder,
tensos que empregarião a mesma linguagem
que os progressistas. O Sr. Vasconcelos
se fosse ministro de estado em 1847,
faria certamente, com pequenas modifica-
ções, um programa como o do Sr. Paula
Souza. Tal é a nossa humilde opinião a
este respeito.

O Observador quer ainda provas me-
taphisicas e moraes das modificações de
princípios, como se elas não estivessem
virtualmente incluídas nas modificações or-
ganicas porque estão passando a nossos
olhos os próprios partidos que os profes-
saram, ou profissionaram, e completamente des-
montado em seu *scepticismo* pelos pro-
vas físicas que apresentámos, agarra-se
agora a esse frágil tabo que apenas lhe
deixa a cabeça fóra d'água; mas para
que nem essa lhe reste, oferecemos-lhe
como tais—a *acquiescência* que deu o
partido progressista quando subiu ao po-
der, a 4 annos, ás leis de reforma ju-
diciaria e concelho de estado, feitas pelo
partido ordeiro, leis contra as quais se
pronunciara, e a que resistira em quanto
na oposição, — e a transação feita o anno
passado pelo partido ordeiro para que pas-
sasse, sem emendas, no senado a lei de
eleições, proposta pelo partido progressista
na cámara dos deputados. Estes dois fa-
tos serão, alem dos que acima apontámos,
provas assis convincentes da modificaçao
de princípios dos dois partidos, para todo
e qualquer que não for Cândido Mendes.
Quer por demais o Observador que lhe
deuemos a razão dessas modificações ou mu-
danças. Aperte, que é ser muito exigente!
E poi si entende que lhe devemos en-
sinar a historia contemporânea, aprenda
a conhecer as exigências dos dois par-
tidos a rasa da mudança, que procuram.

Quanto ao fabuloso partido saquarema
de que se constituiu campeão nesta pro-
víncia, e que só elle e o seu aliado Es-
tandardio enxergão, respondemos com a

opinião do nobre senador Vasconcelos
que nem no Rio quer que tal partido
exista. E em verdade, alem do absurdo
de supor que o partido cabano do Ma-
ranhão é identico ao saquarema da corte,
depois do desmantelamento geral que tem
sofrido os dois grandes partidos em que
se dividia o império, é por cima de tudo
ridículo o chrismar os cabanos daqui com
o nome de uma vilota de outra provin-
cia, sendo alias certo que ainda no tempo
em que o partido ordeiro se achava unido
e compacto em todo o Brasil, sempre as
suns fraccões provinciales tiveram nomes
especiais nas respectivas localidades.

Contradictorio em tudo como sempre
o contemporaneo dá como provas da im-
mutabilidade dos partidos, e ato da não exis-
tencia do partido ligueiro nesta província,
as ligas operadas em França e Inglaterra
onde pretende que as fraccões dos partidos
diversos ficão tão puras e exatas em
suns antigas crenças, depois de liguadas e
confundidas, como o era d'ante. Ora
si o nosso *sceptico* é tão mau apreciador
dos factos ocorridos no seu proprio paiz,
como se quer meter a avaliar o que vai
pelos partidos de outros paizes? Para
tirá-lo do grave erro em que labora, ci-
tar-lhe-hemos em—França, a grande scisão
do partido doutrinario, operada pela frac-
ção que segue a Molé, e a metamorphose
desse partido que se desmorona, em dou-
trinarios conservadores,—em Inglaterra,
o chefe do partido tory, sir Robert Peel,
político de nome europeu, contando com o
apoio dos whigs contra a maior parte do
seu partido, e propondo e fazerão passar no
parlamento medidas segundo os princípios
dos ultimos. E' evidente que estas cousas
não teem lugar sem modificaçao nos par-
tidos, suas cronsas, ideas e princípios.
E não se engane o contemporaneo com
os nomes, porque muitas vezes os parti-
dos passão por metamorphoses mui reaes
conservando a antiga denominação. Mas
é concede elle sempre por um alguma
cousinha, isto é, que nos partidos modifi-
cão-se as idéas secundarias, mas não as car-
deas, sem pensar que neste caso o conceder
pouco, é conceder tudo! Pois que outra
cousa são idéas secundarias de um parti-
do, senão parte de seus princípios, ou,
para melhor dizer, os mesmos princípios,
por quanto idéas cardeas e idéias secun-
darias constituem um systema, ou per-
feita filiação e sucessão de idéas, das
quaes umas são consequencias de outras?
Isto ahi como o Observador pretende sus-
tentar o seu *purismo* contra a evidencia
e contra os factos, estranho a nossa ex-
pla, e na mais completa ignorancia, ver-
dadeira ou fingida, da historia e politica
contemporânea, concluindo *enraizadamen-
te* com perguntar a qual dos dois parti-
dos do império pertence a liga mar-
anhense! Si se acha embaraçado sobre o
lado em que a deve collocar, exclua-a
do paiz, ao passo que não cessa de com-
batel-a com todas as veras da sua alma,
como fazia os sciencios da antiga es-
cola que andava, e negava a existen-
cia do movimento. Até outra occasião.

ERUPTA.—O final de este artigo que por engano
typographado se passou. Contradições do Naufragio—6
NAUFRAGIO DO OBSERVADOR

—Com este n.º finaliza o 30.º a principio com o se-
gundo o 31.º trimestre da Revista rega-se aos Srs. as-
signantes que continuem a reformar as suas assinaturas.